

ÍNDICE DE TERRITÓRIO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE IGUATU, CEARÁ

**Djair Oliveira Silva¹, Antônio Germane Alves Pinto¹, Gisele Pedroza da Costa¹,
Letícia Matias da Silva¹, Livia Carvalho Pinheiro de Melo¹, Lucélia Aparecida Oliveira¹,
Pedro Lucas Ferreira Mota², Lucas Dias Soares Machado¹**

INTRODUÇÃO

A relação entre saúde e território tem se tornado um eixo central nas discussões sobre planejamento em saúde pública, sobretudo diante da necessidade de compreender os determinantes sociais em sua dimensão coletiva e estrutural. O conceito de território saudável e sustentável envolve uma abordagem ampliada de saúde, na qual as condições de vida, os recursos ambientais, a infraestrutura urbana, o acesso aos serviços públicos e os fatores socioeconômicos atuam de forma integrada na determinação do bem-estar populacional. Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2010) afirma que o território deve ser compreendido como um espaço onde se manifestam não apenas os problemas de saúde, mas também as potencialidades para sua superação.

No Brasil, a diversidade regional intensifica os desafios de planejamento e gestão territorial. A realidade dos municípios do semiárido nordestino é marcada por desigualdades históricas, com carências estruturais que impactam diretamente os indicadores de desenvolvimento humano. Municípios como Iguatu, situado no centro-sul cearense, enfrentam déficits crônicos em renda, escolaridade e infraestrutura, refletindo as fragilidades do modelo de desenvolvimento regional adotado nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, esses municípios apresentam potencialidades institucionais, sociais e ambientais que podem ser ativadas mediante políticas públicas integradas e sustentáveis (IPEA, 2019; SILVA et al., 2021).

Nesse cenário, emerge a necessidade de ferramentas que auxiliem na leitura do território e orientem ações estratégicas de forma objetiva, fundamentadas em evidências. O Índice de Território Saudável e Sustentável (ITSS) configura-se como um instrumento técnico-metodológico capaz de integrar diferentes dimensões sociais, vulnerabilidade e desenvolvimento humano em uma métrica única e compreensível. Desenvolvido a partir de fontes secundárias confiáveis, como DATASUS, IBGE, PNUD e IPEA, o ITSS permite classificar os municípios segundo sua necessidade de intervenção, apoiando o planejamento intersetorial em saúde, assistência, educação e infraestrutura (PETERSEN et al., 2020).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar o ITSS do município de Iguatu, Ceará, com base na combinação dos indicadores que compõem as dimensões de vulnerabilidade social e desenvolvimento humano. Busca-se, assim, identificar o grau de prioridade para ações públicas, compreender os fatores que influenciam o desempenho territorial e subsidiar a tomada de decisão por parte dos gestores, técnicos e demais atores envolvidos no processo de construção de políticas públicas territorializadas (DATASUS, 2023; PNUD, 2020).

Descritores: Desenvolvimento sustentável; Determinantes sociais da saúde; Vulnerabilidade social; Planejamento em saúde.

MÉTODO

Trata-se de um estudo analítico do tipo transversal realizado em abril de 2025 com dados secundários referentes ao município de Iguatu, Ceará, lócus de inserção da Universidade Regional do Cariri – Campus Avançado de Iguatu.

A análise envolveu o cálculo do Índice de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (ITSS) desenvolvido a partir de componentes do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), Censo Demográfico (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O ITSS é composto por duas dimensões: vulnerabilidade social e desenvolvimento humano. A primeira dimensão, vulnerabilidade social, contempla sete componentes, a saber: a) Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)-renda e trabalho; b) IVS-capital humano; c) IVS-infraestrutura; d) Índice de Gini; e) razão de dependência; f) taxa de mortalidade até 5 anos; e g) taxa de mortalidade até 5 anos por diarreia. A segunda, desenvolvimento humano, por sua vez, envolve cinco componentes: a) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)-renda; b) IDHM-educação; c) IDHM-longevidade; d) percentual de saneamento básico adequado; e) percentual de abastecimento de água por rede geral (Petersen *et al.*, 2020).

A operacionalização do estudo compreendeu a seleção do município de interesse e a consulta dos dados nas bases do IBGE, IPEA, PNUD e DATASUS; a organização dos dados de cada componente do indicador quanto ao ponto de corte por meio dos percentis até 25%, de 25% a 50%, de 50% a 75%, de 75% a 90% e acima de 90%; e atribuição de uma pontuação padronizada a cada componente do indicador a partir dos limites percentis. Destaca-se que para os componentes da dimensão Vulnerabilidade social, quanto maior o percentil, menor a percentual. Já para a dimensão Desenvolvimento Humano, aplica-se o inverso (Petersen *et al.*, 2020).

A pontuação recebida por cada componente é somada para compor o ITSS e a classificação do município em prioridade de ação em territórios saudáveis e sustentáveis orienta-se pela pontuação final: 0 a 3 pontos – Prioritária; > 3 a 6 – Necessária; > 6 a 9 – Recomendada; > 9 a 12 – Observação analítica (Petersen *et al.*, 2020).

O processamento dos dados deu-se por meio do Microsoft Excel, a partir de planilha eletrônica automatizada para o cálculo do ITSS. Por tratar-se de dados secundários, disponíveis em bases de acesso público, não se fez necessário apreciação ética, respeitando-se as recomendações da Resolução CNS nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Iguatu, no Ceará, apresentou Índice de Território Saudável e Sustentável de 9,00, correspondendo a uma prioridade de ação necessária. Em comparação com a realidade de estados do semiárido, esse nível de prioridade também prevaleceu entre os municípios de Alagoas (51%), Bahia (59%), Paraíba (56,5%), Pernambuco (56,8%), Piauí (70,1%) e do próprio Ceará (58,7%). A tabela 1 demonstra os valores atribuídos aos componentes dos indicadores do município e seu índice de Território Saudável e Sustentável.

Tabela 1 – Componentes do Índice de Território Saudável e Sustentável do município de Iguatu, CE. Iguatu, CE, 2025

Componentes do indicador	Distribuição Percentual	Percentil municipal	Pontos recebidos
IVS-renda e trabalho	0,442	> 25% a ≤ 50%	0,75
IVS-capital humano	0,442	> 25% a ≤ 50%	0,75
IVS-infraestrutura	0,104	≤ 25%	1,00
Índice de Gini	0,552	> 50% a ≤ 75%	0,50
Razão de dependência	0,447	> 25% a ≤ 50%	0,75
Taxa de mortalidade até 5 anos	1,93	≤ 25%	1,00
Taxa de mortalidade até 5 anos por diarreia	0	≤ 25%	1,00
IDHM-renda	0,642	> 50% a ≤ 75%	0,50
IDHM-longevidade	0,599	> 50% a ≤ 75%	0,50
IDHM-educação	0,808	> 75% a ≤ 90%	0,75
% de saneamento básico adequado	80,72	> 75% a ≤ 90%	0,75
% de abastecimento de água por rede geral	86,12	> 75% a ≤ 90%	0,75
Índice de Território Saudável e Sustentável			9,00

Apesar dos avanços em infraestrutura sanitária, os resultados revelam desequilíbrios relevantes entre os componentes do ITSS. A baixa pontuação em capital humano e renda indica a permanência de vulnerabilidades sociais enraizadas, que demandam políticas integradas voltadas para a educação, qualificação profissional e geração de renda. Conforme destacado por Silva et al. (2021), a superação dessas fragilidades exige uma abordagem multisetorial e contínua, que considere as especificidades regionais e estimule o desenvolvimento local sustentável.

Além da leitura técnica dos dados, é importante considerar que os resultados obtidos refletem não apenas aspectos estruturais do município, mas também os efeitos acumulados de políticas públicas adotadas nos últimos anos. A elevada pontuação em indicadores de infraestrutura, como saneamento básico e abastecimento de água, pode estar relacionada a investimentos estaduais e federais em programas de urbanização e acesso à água no semiárido.

No entanto, a persistência de desigualdades em dimensões como renda e capital humano sugere que os ganhos não foram igualmente distribuídos entre os grupos populacionais. Isso indica a necessidade de uma abordagem integrada que vá além da infraestrutura física e contemple políticas de inclusão social, valorização da educação e fortalecimento do sistema de proteção social, com vistas à superação das desigualdades que ainda moldam o território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Índice de Território Saudável e Sustentável (ITSS) do município de Iguatu revelou uma realidade marcada por contrastes entre avanços setoriais e desafios persistentes. A pontuação final de 9,00 classifica o município na categoria de prioridade necessária, evidenciando que, embora existam indicadores positivos, como a taxa zero de mortalidade por diarreia e os altos percentuais de abastecimento de água e saneamento básico, ainda há lacunas significativas em dimensões como renda, capital humano e desigualdade social.

Esses achados confirmam a importância do ITSS como ferramenta de diagnóstico territorial e planejamento estratégico, ao permitir a identificação de áreas críticas que demandam ações integradas e contínuas do poder público. A utilização de dados secundários de bases públicas reforça o potencial da análise técnica como aliada na formulação de políticas baseadas em evidências, sobretudo em contextos do semiárido brasileiro, marcados por desigualdades históricas.

Como implicação prática, o estudo fornece subsídios para gestores municipais, profissionais de saúde e planejadores públicos, ao indicar com clareza onde se concentram os maiores desafios do território. No entanto, como limitação, destaca-se a dependência exclusiva de dados secundários, que, embora robustos, não captam todas as nuances locais nem a dinâmica recente de políticas públicas implementadas.

Sugere-se, portanto, a realização de estudos complementares com abordagem mista, incorporando perspectivas qualitativas da população e dos agentes públicos, com o propósito de aprofundar a compreensão sobre as interações entre o território, as políticas e os sujeitos. A continuidade e ampliação de pesquisas dessa natureza é fundamental para fortalecer a capacidade analítica dos municípios e construir estratégias mais justas e sustentáveis de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Plano Nacional de Saúde 2020–2023. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/ZfVWRbXZc6cqMzQ7RM6hfFx/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. Informações de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desigualdades regionais e políticas públicas no Brasil: 10 anos de transformações. Brasília: IPEA, 2019.

PETERSEN, Carlos et al. Índice de Território Saudável e Sustentável: proposta metodológica e aplicação em municípios do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4995–5006, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jWcWqCPKZGXt7wzSNg8gvgq/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2025.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano Municipal: Brasil. Brasília: PNUD, 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SILVA, Ana Lúcia Rodrigues da et al. Indicadores de saúde e desigualdades regionais no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 21, supl. 1, p. 89–97, 2021. Disponível



em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/8vGZT8bTWyy5GRPjw7sVppr/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

WHO – World Health Organization. Healthy settings: the settings-based approach to health promotion. Geneva: WHO, 2010. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 30 abr. 2025.

¹Universidade Regional do Cariri, Email: Djair.oliveira@urca.br

¹Universidade Regional do Cariri, Email: germane.pinto@urca.br

¹Universidade Regional do Cariri, Email: gisele.pedroza@urca.br

¹Universidade Regional do Cariri, Email: leticia.dasilva@urca.br

¹Universidade Regional do Cariri, Email: livia.carvalho@urca.br

¹Universidade Regional do Cariri, Email: lucelia.oliveira@urca.br

²Universidade Federal do Ceará, Email: pedro.mota@alu.ufc.br

¹Universidade Regional do Cariri, Email: lucas.machado@urca.br